

# JORNAL O GLOBO

O MUNDO

2008-11-12 07:05:51

## URUGUAI APROVA ABORTO

*O Senado do Uruguai aprovou ontem uma lei que descriminaliza o aborto, transformando o país no primeiro do Cone Sul a fazê-lo.*

A nova legislação autoriza a interrupção da gravidez dentro das primeiras 12 semanas de gestação.

## FOLHA DE S.PAULO

MUNDO

2008-11-12 06:29:05

## Senado do Uruguai vota pelo aborto;

*O Senado do Uruguai aprovou ontem a descriminalização do aborto no país, mas o presidente Tabaré Vázquez já anunciou que vetará a lei.*

Tabaré vetará THIAGO GUIMARÃES DE BUENOS AIRES

O texto aprovado autoriza a mulher a interromper a gravidez durante os três primeiros meses de gestação por razões econômicas, familiares, etárias ou de **Saúde**. A lei atual, de 1938, prevê prisão de até nove meses para a mulher que abortar -prática permitida somente em casos de **Estupro** ou risco de morte para a mãe, os mesmos previstos no Brasil.

O projeto, que dividiu o debate público no Uruguai, foi patrocinado pela própria coalizão governista, a Frente Ampla. Aprovado na semana passada por margem estreita (49 a 48) na Câmara dos Deputados, foi reenviado com mudanças pontuais ao Senado, onde já havia sido ratificado.

O placar de ontem no Senado marcou 17 votos a favor (todos da Frente Ampla) da lei e 13 contra, dos partidos de oposição Nacional e Colorado.

A lei tem apoio de 57% dos uruguaios, sobretudo jovens (65%), de nível socioeconômico alto (67%), votantes da Frente Ampla (72%) e sem religião (80%), apontou pesquisa da consultoria Interconsult em outubro. Disseram desaprová-la 42% dos entrevistados.

Para o instituto Cifra, a opinião pública sobre o tema se manteve estável nos

últimos anos no Uruguai: cerca de metade da população é a favor da liberação do **aborto** e quatro em cada dez pessoas se opõem.

O esquerdista Vázquez, católico e médico oncologista, cita razões "filosóficas e biológicas" para vetar a lei. Alinha-se, nesse ponto, com a Igreja Católica, que defendeu, pelo arcebispo de Montevideu, Nicolás Cotugno, a excomunhão de congressistas que votassem pela liberação do **aborto**.

Estima-se que cerca de 30 mil **abortos** clandestinos sejam realizados por ano no Uruguai, afirmam defensores da descriminalização, que também apontam o ônus social causado pelo custo do procedimento (em torno de US\$ 1.000).

Pela lei aprovada ontem, o **aborto** na rede pública de **Saúde** seria gratuito.

## O ESTADO DE SÃO PAULO

VIDA&

2008-11-12 06:42:21

### Senado uruguaio descrimina aborto

*Pesquisa de opinião aponta 57% de apoio à nova lei; presidente Tabaré Vázquez já declarou que vai vetar*

AP e Efe, Montevideu

O Senado do Uruguai aprovou ontem um projeto de lei que descrimina o **aborto** no país. O texto já havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados na semana passada, mas retornou ao Senado, onde recebera aprovação prévia, porque foi parcialmente modificado.

O presidente Tabaré Vázquez, que é médico, avisou que não concorda com o **aborto** "nem filosoficamente, nem biologicamente", e prometeu vetar a medida.

A Lei de **Saúde** Reprodutiva e Sexual determina que a mulher pode optar pelo **aborto** até a 12ª semana de gestação e foi aprovada por 17 dos 30 senadores uruguaio. Desde 1938 o **aborto** era considerado crime "em qualquer circunstância", observou a senadora governista Mónica Xavier.

A aprovação se deu apesar da campanha contrária liderada pela Igreja. Os bispos uruguaio emitiram, no sábado, um comunicado em que afirmavam que todos os parlamentares que apoiassem a medida seriam excomungados.

Segundo pesquisa divulgada na segunda-feira, 57% dos uruguaios são a favor da lei que legaliza o **aborto** e 63% rejeitam a possibilidade de veto concedido pela Constituição a Vázquez. Entre os entrevistados, 42% são contra e 1% não tem opinião formada ou preferiu não opinar. Dos 57% que são a favor, a grande maioria (65%) é de jovens, 67% têm nível socioeconômico alto.

Se a pressão mudar a posição do presidente, o Uruguai vai se tornar o país o mais liberal da América do Sul na abordagem da questão. A maioria dos países da América Latina permite o **aborto** apenas em casos de **Estupro**, quando a mãe corre risco de morte ou quando o feto tem sérias deformidades. Apenas Cuba e Guiana permitem a prática sem restrições. Na Cidade do México o **aborto** sem limitações foi aprovado no primeiro trimestre, porém é proibido no resto do território mexicano.

## JORNAL DO BRASIL

INTERNACIONAL

2008-11-12 06:57:28

### Senado aprova lei que permite aborto

*O Senado do Uruguai seguiu a Câmara dos Deputados e aprovou o projeto de lei que descriminaliza o aborto.*

A Lei de **Saúde** Reprodutiva e Sexual foi aprovada por 17 dos 30 senadores uruguaios em votação realizada na manhã de ontem. Na Câmara dos Deputados, o texto passou por 49 a 48. Segundo o projeto de lei, a mulher pode abortar até a 12ª semana de gestação. Desde 1938, o **aborto** vem sendo considerado crime em qualquer circunstância no país. Anualmente, cerca de 33 mil **abortos** são realizados no país, sob custo de US\$ 800 cada. O presidente Tabaré Vázquez promete vetar a medida.

Quarta-Feira, 12 de Novembro de 2008 - 02:00

## JORNAL DE BRASÍLIA

EXTERIOR

2008-11-12 06:24:59

### Aborto passa, mas presidente discorda

*O Senado do Uruguai seguiu a Câmara dos Deputados e aprovou ontem um projeto de lei que descriminaliza o aborto, o que faria do país o mais liberal da América do Sul na abordagem da questão.*

No entanto, o presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, um católico fervoroso, já prometeu que irá vetar a medida aprovada pela maioria dos senadores e deputados. Tanto no Senado quanto na Câmara, a lei que descriminaliza o **aborto** foi aprovada por uma margem muito apertada de votos. No Senado, a Lei de **Saúde** Reprodutiva e Sexual foi aprovada por 17 dos 30 senadores uruguaios em votação realizada na manhã de ontem. Na Câmara dos Deputados, na semana passada, o texto passou por apenas um voto – 49 parlamentares votaram a favor, 48 contra. O projeto de lei aprovado pelo Senado do Uruguai, um país de 3,3 milhões de habitantes que mantém uma estrita separação entre Estado e a Igreja Católica, determina que a mulher pode abortar até a 12ª semana de gestação. Desde 1938, o **aborto** era considerado crime "em qualquer circunstância" no Uruguai. Os bispos do país emitiram um comunicado ameaçador no último sábado. No texto, afirmavam que todos os parlamentares que apoiassem a medida seriam automaticamente excomungados. Pesquisas revelam que perto de 33 mil **abortos** são realizados no Uruguai anualmente, a um custo de perto de US\$ 800 cada. Só este ano, três médicos uruguaios foram presos neste ano por realizar o procedimento. Uma pesquisa de opinião pública divulgada na segunda-feira mostrou que 57% dos uruguaios são a favor da lei que legaliza o **aborto** e 63% rejeitam a possibilidade de veto concedido pela Constituição ao presidente Tabaré Vázquez, médico de profissão, que já anunciou que exercerá esse poder. Entre os entrevistados, 42% são contra e 1% não tem opinião formada ou preferiu não opinar. Dos 57% que são a favor do **aborto**, a grande maioria (65%) é de jovens e 67% têm nível socioeconômico alto.

## **TRIBUNA DA IMPRENSA**

INTERNACIONAL

2008-11-12 08:16:30

### **Senado uruguaio aprova descriminalização do aborto**

*MONTEVIDÉU - O Senado do Uruguai seguiu a Câmara dos Deputados e aprovou ontem um projeto de lei que descriminaliza o aborto, o que faria do país o mais liberal da América do Sul na abordagem da questão. No entanto, o presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, prometeu vetar a medida.*

A Lei de **Saúde** Reprodutiva e Sexual foi aprovada por 17 dos 30 senadores uruguaios em votação realizada na manhã de ontem, disse a senadora governista Mónica Xavier. Na Câmara dos Deputados, o texto passou por 49 a 48.

O projeto de lei aprovado pelo Senado do Uruguai, um país de 3,3 milhões de habitantes que mantém uma estrita separação entre Estado e a Igreja Católica, determina que a mulher pode abortar até a 12ª semana de gestação. Desde 1938, o **aborto** era considerado crime "em qualquer circunstância", observou Mónica, médica e senadora pelo Partido Socialista.

Apesar de a Igreja ter feito campanha contra o projeto de lei, a matéria foi aprovada tanto pela Câmara dos Deputados quanto pelo Senado. Entretanto, Vázquez, que é médico, afirmou que não concorda com o **aborto** "nem filosoficamente, nem biologicamente".

Os bispos uruguaios emitiram um comunicado no sábado. No texto, afirmavam que todos os parlamentares que apoiassem a medida seriam automaticamente excomungados.

Pesquisas revelam que perto de 33 mil **abortos** são realizados no país anualmente, a um custo de perto de US\$ 800 cada. Três médicos uruguaios foram presos neste ano por realizar o procedimento.

María Teresa Rotondo, médica e especialista em bioética consultada pela Associated Press, disse: "É preciso ficar clara uma coisa, não foi legalizado o **aborto**, houve apenas um consenso social, não muito grande, para não punir com a prisão uma questão que, eticamente, constitui um grande dilema, ao não existir um consenso".

A maioria dos países da América Latina permite o **aborto** apenas em casos de **Estupro**, quando a mãe corre risco de morte ou quando o feto tem sérias deformidades. Apenas Cuba e Guiana permitem o **aborto** sem restrições. Na Cidade do México o **aborto** sem limitações foi aprovado no primeiro trimestre, porém é proibido no resto do território mexicano.

## **ESTADO DE MINAS**

INTERNACIONAL

2008-11-12 08:36:02

### **Aborto é aprovado também no Senado**

*Descriminalização havia sido aceita pela Câmara; Vázquez prometeu vetar a medida e conta com o apoio dos bispos*

Montevidéu – O Senado do Uruguai seguiu a Câmara dos Deputados e aprovou ontem um projeto de lei que descriminaliza o **aborto**, o que torna o país o mais liberal da América do Sul sobre a questão. No entanto, o presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, prometeu vetar a medida.

A Lei de **Saúde** Reprodutiva e Sexual foi aprovada por 17 dos 30 senadores uruguaios, em votação realizada na manhã de ontem, disse a senadora governista Mónica Xavier. Na Câmara dos Deputados, o texto passou por 49 a 48. O projeto de lei aprovado pelo Senado do Uruguai, um país de 3,3 milhões de habitantes que mantém uma estrita separação entre Estado e Igreja Católica, determina que a mulher pode abortar até a 12ª semana de gestação.

Desde 1938, o **aborto** era considerado crime "em qualquer circunstância", observou Mónica, médica e senadora pelo Partido Socialista. Apesar de a Igreja ter feito campanha contra o projeto de lei, a matéria foi aprovada tanto pela Câmara dos Deputados, quanto pelo Senado. Entretanto, Vázquez, que é médico, afirmou que não concorda com o **aborto** "nem filosoficamente, nem biologicamente".

#### Reação

Os bispos uruguaios emitiram um comunicado no sábado. No texto, afirmavam que todos os parlamentares que apoiassem a medida seriam automaticamente excomungados. Pesquisas revelam que perto de 33 mil **abortos** são realizados no país anualmente, a um custo de perto de US\$ 800 cada. Três médicos uruguaios foram presos, somente este ano, por realizar o procedimento. A maioria dos países da América Latina permite o **aborto** apenas em casos de **Estupro**, quando a mãe corre risco de morte ou quando o feto tem sérias deformidades. Apenas Cuba e Guiana permitem o **aborto** sem restrições. Na Cidade do México, o **aborto** sem limitações foi aprovado no primeiro trimestre, porém é proibido no resto do território mexicano.

## O TEMPO

MUNDO

2008-11-12 08:26:32

### Senado do país vota pelo direito ao aborto

*MONTEVIDÉU. O Congresso do Uruguai aprovou ontem um projeto de lei que inclui a descriminalização do aborto, numa decisão inédita na legislação da América do Sul.*

O presidente uruguaio, Tabaré Vázquez, porém, prometeu vetar a medida. O texto já havia sido aprovado no Senado em 2007, mas, ao passar pela Câmara dos Deputados, sofreu uma modificação, o que o devolveu ao Senado. Ontem, os senadores o aprovaram, integralmente, por 30 votos a 17. O projeto, agora, é encaminhado ao presidente. Para reverter o veto, o Congresso precisa de três quintos de aprovação - e, na Câmara, a votação foi bastante apertada: 49 a 48.

Conforme o texto, as **Mulheres** têm o direito de decidir pela interrupção da gravidez nas primeiras 12 semanas, com alegação de impossibilidade financeira, familiar ou de idade. O projeto também contempla **abortos** justificados com problemas de **Saúde**, má-formação ou perigo para a vida da gestante. Uma pesquisa divulgada ontem apontou que 57% dos uruguaios são a favor da lei e 63% rejeitam o poder de veto do presidente. Dos 57% favoráveis ao **aborto**, a maioria (65%) é jovem, 67% tem nível sócio-econômico alto e 72% é eleitor da esquerda.

Publicado em: 12/11/2008

## FOLHA DE PERNAMBUCO

PLANETA

2008-11-12 07:45:19

### Senado aprova lei que discriminaliza o aborto

*MONTEVIDÉU (AE) - O Senado do Uruguai seguiu a Câmara dos Deputados e aprovou ontem um projeto de lei que descriminaliza o aborto, o que faria do país o mais liberal da América do Sul na abordagem da questão.*

No entanto, o presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, prometeu vetar a medida. A Lei de **Saúde** Reprodutiva e Sexual foi aprovada por 17 dos 30 senadores uruguaios em votação realizada na manhã de ontem, disse a senadora governista Mónica Xavier. Na Câmara dos Deputados, o texto passou por 49 a 48.

O projeto de lei aprovado pelo Senado do Uruguai, um país de 3,3 milhões de habitantes que mantém uma estrita separação entre Estado e a Igreja Católica,

determina que a mulher pode abortar até a 12ª semana de gestação. Desde 1938, o **aborto** era considerado crime “em qualquer circunstância”, observou Mónica, médica e senadora pelo Partido Socialista.

Apesar de a Igreja ter feito campanha contra o projeto de lei, a matéria foi aprovada tanto pela Câmara dos Deputados quanto pelo Senado. Entretanto, Vázquez, que é médico, afirmou que não concorda com o **aborto** “nem filosoficamente, nem biologicamente”. Os bispos uruguaios emitiram um comunicado no sábado. No texto, afirmavam que todos os parlamentares que apoiassem a medida seriam automaticamente excomungados.

## PESQUISA

Pesquisas revelam que perto de 33 mil **abortos** são realizados no país anualmente, a um custo de perto de US\$ 800 cada. Três médicos uruguaios foram presos neste ano por realizar o procedimento.

A maioria dos países da América Latina permite o **aborto** apenas em casos de **Estupro**, quando a mãe corre risco de morte ou quando o feto tem sérias deformidades. Apenas Cuba e Guiana permitem o **aborto** sem restrições. Na Cidade do México o **aborto** sem limitações foi aprovado no primeiro trimestre, porém é proibido no resto do território mexicano.

## O POVO

### MUNDO

2008-11-12 07:38:02

## ABORTO NO URUGUAI

*O Senado do Uruguai aprovou ontem a descriminação do aborto no país. Mas o presidente Tabaré Vázquez já anunciou em Montevideu que vetará a lei.*

O texto autoriza a mulher a interromper a gravidez durante os três primeiros meses de gestação por razões econômicas, familiares, etárias ou de **Saúde**. A lei atual, de 1938, prevê prisão de até nove meses para a mulher que abortar, prática só permitida em casos de **Estupro** ou risco de morte para a mãe, os mesmos

previstos no Brasil. Pela lei votada ontem, o aborto na rede pública de Saúde seria gratuito.

## FOLHA DE LONDRINA

OPINIÃO

2008-11-12 08:42:42

### Aborto e o direito da mulher

*Descriminalizar o aborto significa que apoiamos a pena de morte para um determinado grupo de indivíduos, aqueles na fase inicial de desenvolvimento.*

Representa uma prerrogativa para se propor a morte para qualquer outra categoria da sociedade. Escrevo para sugerir uma profunda reflexão sobre um argumento freqüentemente utilizado pelos defensores do aborto: o direito da mulher sobre seu corpo. Toda a preocupação em relação aos direitos da mulher é muito justa e importante, e creio ser este direito algo inalienável. Certamente a mulher tem seu direito. Mas esse direito, por mais respeitável, termina onde começa o direito alheio, pois o direito à vida é algo inquestionável para todos os indivíduos, garantido pela Constituição e livre de quaisquer condições.

A constituição orgânica de um indivíduo está definida a partir da fecundação. Deste momento em diante, pelo princípio da continuidade do evento biológico, são estabelecidas todas as características de uma nova pessoa. A fase fetal é uma das etapas do ciclo biológico comum a todas as pessoas. Todos nós em atual atividade orgânica, já passamos da fase fetal, da fase infantil e assim por diante. A fase fetal é um contexto temporário do nosso atual corpo. Assim, compreende-se claramente: o feto não é uma parte do corpo da mulher, assim como nós adultos não somos parte do corpo de nossas mães. O feto apresenta sua própria gestão orgânica: fígado, rins, coração, pulmões, etc. Há apenas uma dependência temporária da constituição física da mãe. Há uma dependência qual a do recém-nascido, de um idoso, um enfermo, todos podem ser amplamente dependentes de outro indivíduo. E obviamente é inquestionável o direito à vida de um bebê e de um idoso. Portanto, o fato de depender de outro ser não gera direito de se eliminar a vida do dependente, seja ele um bebê, um enfermo, um feto.

Em termos evolutivos, o modelo de reprodução dos mamíferos passa, obrigatoriamente, pela gestação no organismo feminino. Gostemos ou não, a formação de um indivíduo dá-se através do corpo da mulher. A mulher tem o direito de prevenir a presença de um novo indivíduo em seu corpo, pelos métodos contraceptivos. Mas, em havendo a presença de outro organismo, o corpo da

mulher deve ser tão respeitado quanto o corpo desse indivíduo em formação.

Descriminalizar o **aborto** significa dizer que apoiamos a pena de morte para um determinado grupo de indivíduos, aqueles na fase inicial de desenvolvimento. Representa uma prerrogativa para se propor a morte para qualquer outra categoria da sociedade, pois o direito à vida dos indivíduos já existe desde a fase fetal. Há um agravante: na fase fetal, o indivíduo está privado de se expressar livremente. Portanto, propor sua eliminação se torna uma situação totalmente contrária aos princípios da ética de qualquer sociedade realmente evoluída.

Além disso, é inquestionável o contexto de se relativizar o evento intitulado “vida”, quando autorizamos a “morte”, em quaisquer condições. Para tratar do tema com a devida atenção, aproveito o ensejo e pergunto: O que é a vida? O que é a morte? Qual o sentido da existência humana? Qual a razão do sofrimento? Como explicar a extensa diversidade entre os indivíduos? Temos refletido suficientemente sobre essas questões? Podemos respondê-las com segurança e serenidade?

Nos países onde há essa “relativização” da vida, os problemas deslocaram-se para um âmbito muito mais crítico e complexo. No Canadá, o **aborto** é liberado. Esse contexto de banalização da vida torna a questão do suicídio um problema de grandes proporções, a ponto das escolas primárias desenvolverem amplos programas de valorização da vida. Mas como pregar um discurso, se a prática é outra?

Na Holanda, além do **aborto**, existe a “eutanásia **neonatal**”, ou seja, os pais podem optar pela eliminação de seus filhos após o nascimento, quando por alguma razão estão descontentes com o organismo dos mesmos. Refletindo sobre tais questões, recordo-me de Madre Teresa de Calcutá: “O **aborto** provocado é a maior barbárie contra a paz do mundo, porque se uma mãe é capaz de matar seu próprio filho, o que pode evitar que nos matemos uns aos outros?”.

MARCELO MARCONDES SENEDA é professor da Universidade Estadual de Londrina com doutorado em Biotecnologia da Reprodução e pós-doutorado em Epigenética de Gametas pela McGill University

## LA NACION

EXTERIOR

2008-11-12 08:48:09

### Legalizaron el aborto en Uruguay

*Tabaré Vázquez advirtió que vetará la polémica norma*

Nelson Fernández Corresponsal en Uruguay

MOTEBIDEO.- En una histórica sesión, el Parlamento uruguayo sancionó ayer la ley que permite el **aborto**, aunque el presidente, Tabaré Vázquez, había afirmado hace unos días que la vetará.

La iniciativa había sido aprobada por la Cámara de Diputados la semana pasada, aunque sólo ayer finalizó el proceso de aprobación legislativa con la sanción final en el Senado, por 17 votos a favor y 13 en contra. Uruguay pasa así a ser el primer país con una norma de ese tipo en América latina.

De todos modos, la ley encuentra un obstáculo que aparece como imposible de superar: Vázquez, médico de profesión, afirmó que por una cuestión de principios no está dispuesto a permitir que la ley entre en vigor. No obstante, dos ministros dieron ayer versiones encontradas al respecto. La comunista Marina Arismendi, ministra de Desarrollo Social, dijo que confía en que Vázquez cambiará de opinión. Afirmó, además, que sentía euforia por la aprobación en el Senado y que el mandatario debería promulgar la ley.

En cambio, el demócrata cristiano Héctor Lescano, ministro de Turismo y Deportes, indicó que Vázquez ha dicho que vetará el texto y que no dudaba que así será. La norma modifica una de 1938, que penalizaba el **aborto** "en cualquier circunstancia".

Vázquez es un firme opositor a la reforma, aunque pertenece al Partido Socialista, que votó en favor del proyecto como todo el Frente Amplio, la coalición de izquierda que gobierna Uruguay. Fuentes de su entorno político dijeron a LA NACION que "no hay chance alguna" de que la despenalización del **aborto** entre en vigor. "Tabaré la vetará", ratificaron.

No obstante, los legisladores oficialistas, que son los que votaron el texto, creen que podría darse una alternativa: que Vázquez no promulgue el proyecto y que deje que pase el tiempo formal para pronunciarse, de diez días. De este modo, la medida podría entrar en vigor, sin que sea necesario el respaldo formal del mandatario.

En caso de veto presidencial, los partidarios de la legalización del **aborto** en el Parlamento deberían obtener la mayoría especial que exige la Constitución para dejar sin efecto la decisión del mandatario, algo que parece casi imposible.

La senadora Margarita Percovich, del Frente Amplio, que fue una de las principales impulsoras de la reforma legal, expresó su satisfacción por la decisión del Poder Legislativo, aunque reconoció que el propio Vázquez dijo que vetará el texto.

Percovich dijo que, por lo polémico de la medida, se podría convocar a un referéndum, para que la mayoría de los uruguayos decida si apoya o no la legalización. Pero, para que eso ocurra, es necesario que Vázquez promulgue la ley o que, luego de recibir el texto del Parlamento, deje pasar los diez días sin pronunciarse. En ese caso, el proyecto se convertiría en ley y los que se oponen a la despenalización del **aborto** podrían recolectar firmas para convocar a la consulta popular.

Pero Vázquez ha dicho que no permitirá esa alternativa y aplicará el veto, en una decisión que podría acarrearle costos políticos ya que se enfrentaría abiertamente con sus propios legisladores.

Lo curioso del intenso debate es que los que impulsaron el proyecto y lo votaron son los legisladores oficialistas. La oposición no acompañó la reforma legal. Si el mandatario veta la ley, los impulsores de la iniciativa podrán sólo presentar un nuevo proyecto en el próximo período legislativo, a partir del 2010.

Advertencia de los obispos

A principios de noviembre, la Conferencia Episcopal advirtió que quedarían excomulgados los legisladores que votaran a favor de la ley.

Pero a fines de la semana pasada declaró que los legisladores católicos que votaban el proyecto quedaban fuera de la Iglesia sin aclarar si ello acarrea o no la excomunión.

La ley, que admite a los médicos negarse a practicar un **aborto** por "objeción de conciencia", consta de cinco capítulos. Su segundo capítulo habilita "la interrupción voluntaria del embarazo" y dice que "toda mujer puede decidir" al respecto "durante las primeras 12 semanas de gravidez".

Indica que, para lograrlo, "la mujer alegará ante el médico circunstancias derivadas de las condiciones en que ha sobrevenido la concepción o situaciones de penuria económica, sociales, familiares o etarias".

Fuera de esas condiciones o plazos, el **aborto** sólo podrá realizarse cuando acarree un serio riesgo para la salud de la embarazada o "malformaciones congénitas incompatibles con la vida extrauterina".

## ÚLTIMO SEGUNDO

### ÚLTIMAS NOTÍCIAS

2008-11-12 07:31:22

Senado aprova descriminação do aborto no Uruguai

*Os senadores uruguaios aprovaram, nesta terça-feira, um projeto de lei que descrimina o aborto, deixando para o presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, o peso de vetar a iniciativa aprovada seis dias antes, quarta-feira, 5, pelos deputados.*

12/11 - 03:08 - BBC Brasil

Vázquez afirmou, mais de uma vez, que vetará este projeto de lei que foi apresentado por integrantes de sua base parlamentar, Frente Ampla.

A discussão gera forte polêmica a onze meses das eleições presidenciais, em outubro de 2009, em um país onde, entre idas e vindas, o assunto vem sendo debatido há pelo menos oito anos.

Segundo especialistas, o Uruguai é o primeiro país da América do Sul a avançar com a medida. Por isso, não se descarta que a polêmica acabe sendo definida, no futuro, em um plebiscito, como é tradição no país.

Governistas divididos

A aprovação no Senado do projeto - chamado Lei de **Saúde** Sexual e Reprodutiva e que prevê a descriminação do **aborto** em um de seus artigos - foi por 17 votos a favor e 13 contra.

Pelo telefone, a senadora Margarita Percovich, líder da Frente Ampla, e autora do projeto de lei, contou à BBC Brasil que todos os 17 votos foram de integrantes da base governista.

Entre os que votaram a favor, destacou, estavam o vice-presidente do país e presidente do Congresso, senador Rodolfo Nin Novoa, e os prováveis candidatos do governo Vázquez à Presidência, os senadores Danilo Astori e José Mujica.

Astori e Mujica deverão disputar para saber quem será o cabeça da chapa oficial à sucessão presidencial.

"Tabaré é médico, mas, como muitos políticos uruguaios, é muito conservador e é uma pena para o país que não sancione a iniciativa", disse Percovich, professora de teologia.

Para ela, ao levar a proposta adiante, mesmo sabendo que Vázquez não a sancionaria, os parlamentares que defendem a legalização do **aborto** estão atendendo o que prometeram a suas eleitoras.

"Pelo projeto, a mulher terá até doze semanas para interromper a gravidez, com a garantia de que poderá realizá-lo com apoio médico e em condições seguras",

afirmou.

Ela disse que o projeto prevê que a mulher entregue sua decisão escrita ao médico para que "fique claro" que é vontade dela e que será atendida. O médico poderá orientá-la também, de acordo com o texto, a concluir a gravidez e encaminhar o bebê a um centro de adoção.

#### Polêmica

A oposição é contra a discriminação do **aborto** no país.

"Somos da oposição, mas nesse ponto (de discriminar o **aborto**) estamos com o presidente", afirmou o senador Eber da Rosa, do Partido Nacional.

Na sua opinião, caberá a Vázquez a decisão do veto porque a base governista está "dividida".

Ouvidos pela BBC Brasil, Percovich e Rosa, basearam-se nos acordos internacionais assinados pelo Uruguai para defender suas posições divergentes.

Percovich baseou a defesa do projeto em acordos internacionais como os de Viena e do Cairo, destacando que os presidentes, muitas vezes, não colocam estas iniciativas em prática em seus governos.

Por sua vez, Rosa votou contra o projeto de lei e argumentou que seu país assinou o tratado de direitos humanos de São José da Costa Rica. "Este tratado prevê que o direito à vida existe desde o útero, porque está cientificamente comprovado que o embrião demonstra sinais vitais, que tem vida própria e, por isso, a mulher não pode (abortá-lo) como se fosse parte de seu corpo", disse.

A oposição, afirmou Rosa, aprovou praticamente todos os artigos do projeto de lei, incluindo a distribuição de **anticoncepcionais** e a implementação de educação sexual, principalmente nas áreas carentes. O veto foi ao artigo que permite a interrupção da gravidez.

#### Veto presidencial

Pela Constituição uruguaia, Vázquez terá dez dias para aprovar ou rejeitar o projeto, a partir do momento em que o texto chegar ao Executivo.

Se ele realmente vetar a iniciativa, os legisladores poderão convocar uma sessão do Congresso para tentar derrubar este veto presidencial.

"Mas são necessários três quintos e não temos estes votos. Para isso, precisaríamos dos votos dos outros dois partidos tradicionais (Nacional e Colorado) e isso seria impossível", disse Percovich, deixando claro que o objetivo é manter a proposta na berlinda política e social.

Segundo pesquisas de opinião, cerca de 60% dos uruguaios aprovariam a descriminação do **aborto**. Mas até estes dados geram polêmicas, com alguns setores questionando as pesquisas.

Hoje, no Uruguai, já existe um hospital na capital do país, Montevideu, que, de acordo com Percovich, atende a aquelas **Mulheres** que se submeteram a um **aborto**, em local clandestino, e procuram ajuda médica para evitar infecções ou outras seqüelas.

Parlamentares que defendem a descriminação do **aborto** explicaram que a proposta surgiu diante dos altos índices de morte de **Mulheres** que o realizam em lugares clandestinos e sem condições